

ESTRATÉGIAS DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA NA AMAZÔNIA

Ketiane Guerreiro¹

RESUMO

O presente trabalho traz uma abordagem acerca das estratégias de ocupação territorial da Amazônia pelos portugueses, e os feitos realizados, principalmente pelos jesuítas e forças militares, nas vias de acesso aos estabelecimentos europeus, os quais se utilizaram estrategicamente da mão-de-obra indígena para construção de grandes fortalezas, deixaram seus vestígios como comprovam obras realizadas que registram os fatos dessa época.

Palavras-chave: Colonização, Rio Branco, Amazônia, Grão-Pará, Aldeamentos.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, abordaremos a problemática da colonização européia na Amazônia, especificamente dos portugueses, que conquistaram a hegemonia na região após expulsar os outros europeus da Amazônia, enfatizar-se-á a importância das principais obras etnográficas realizadas durante a época da colonização.

A atuação dos jesuítas foi um dos pontos-chave para a colonização portuguesa, visando ao máximo à ocupação territorial e, principalmente, a cultural. Os projetos de ocupação, nesse território, trouxeram valores que ficaram enraizados até a atualidade, pois a intolerância européia e as alteridades culturais eram vigentes, capaz de dizimar centenas de povos distintos, a fim de satisfazer uma economia voltada para a produção de drogas do sertão.

¹ Acadêmica de Ciências Sociais com habilitação em Antropologia na Universidade Federal de Roraima e aluna do curso de extensão Técnica de Leitura e Produção de textos em Ciências Sociais.

CHEGADA DOS EUROPEUS NA AMAZÔNIA

A época do estabelecimento europeu na atual Amazônia durou mais de quatro séculos e a obra mais antiga foi escrita em 1542, pelo Frei Gaspar de Carvajal que relata a “*Relação do novo descobrimento do famoso rio que descobriu por imensa ventura o capitão Francisco de Orellana desde a sua nascente até sair no mar (...)*”. Ele descreveu acerca das populações que viviam às margens do rio Amazonas.

No final do século XVI, entre 1595/1596, Garcia (2005, p.23), afirma que o território amazônico foi disputado por holandeses e ingleses que se estabeleceram no Oiapoque, no Xingu e no delta do rio Amazonas. Eles construíram os fortes no rio Orange e rio Nassau (Xingu), dedicando-se às plantações de tabaco e à produção açucareira,

Continuadamente, a produção açucareira alastrou-se, e - em 1610 - os ingleses possuíam duas colônias na boca do rio Amazonas, aumentando cada vez mais a presença européia na região, fixando e delimitando seus espaços, da mesma forma que os irlandeses na ilha dos Porcos; os ingleses nos rios Jari e Paru; os franceses no Maranhão; e os holandeses nos rios Guarupá e Xingu (Pernambuco). referência

Preocupados com sua hegemonia na região, os portugueses (1615) trataram imediatamente de formar tropas para expulsar a presença francesa instalada na região, conforme afirma Garcia (2005, p.23):

Alexandre de Moura armou uma expedição com 150 homens, uma caravela, um pataxo e um lanchão e a entregou ao comando do capitão-mor Francisco Caldeira de Castelo Branco, a quem deu ordens expressas para ocupar as áreas em litígio e expulsar os concorrentes europeus. A expedição saiu de São Luís no dia 25 de dezembro de 1615. Nela destacavam-se os capitães Álvaro Neto, Pedro Freitas e Antônio Fonseca (Comandantes das embarcações). Antonio Vicente Cochado (piloto-mor, Francisco Frias Mesquita (engenheiro-mor). André Pereira Temudo, Pedro Teixeira, Pedro Costa Favela, Gaspar Macedo e Frutuoso Lopes.

Francisco Caldeira de Castelo Branco chegou à foz do Rio Amazonas no dia 12 de janeiro de 1616, construindo o Forte Presépio, na desembocadura do rio Pará, um dos afluentes do rio Amazonas, formando ao seu redor o que viria a ser a cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará.

Com isso, um verdadeiro núcleo de segurança foi instalado na região, visando garantir força contra os ataques inimigos. Dessa forma, inicia-se um lento processo de ocupação das terras, principalmente às margens dos rios. Os portugueses estavam, desde 1621, autorizados por Madri, a ocupar a maior extensão de terras possível, além de defender o Baixo Amazonas, promover suas conquistas, e expulsar os demais grupos humanos que se aproximassem.

Apesar de, a ação militar ter expulsado os ingleses e holandeses, os portugueses acreditavam ter como empecilho os indígenas em geral, dentre os quais os Nheenguaíba, do tronco Aruak, além dos Karib e os Tupinambá que habitavam a margem esquerda do rio Amazonas até as Guianas e, no litoral brasileiro, do Sudeste ao Pará.

Através de documentos oficiais, consta que os Tupinambá foram exterminados em poucas décadas pelos líderes portugueses² Bento Maciel Parente, Pedro Teixeira, Pedro da Costa Favela, Jerônimo Frogoso de Albuquerque e Francisco Caldeira de Castelo Branco, junto a Christóvão de São José, Fellipe de São Boaventura e Sebastião do Rosário. Intensificou-se a presença religiosa durante o século XVII, pelo fato de terem chegado outras congregações como mercedários, carmelitas e jesuítas, ficando mais evidente a alteridade cultural.

Os territórios correspondentes às conquistas portuguesas do Maranhão e Grão-Pará foram separados do governo-geral do Estado do Brasil, formando uma nova unidade colonial: o Estado Independente do Maranhão. Com próprio governo, possuía subordinação direta à União Ibérica e sede na cidade de São Luis, estendendo-se até o sentido leste-oeste, sendo que os governantes do Maranhão e Grão-Pará não estavam mais subordinados ao Estado do Brasil, permanecendo desvinculados por dois séculos.

Surge um novo cenário com características da hegemonia ibérica, pelo fato de, após trinta anos, os portugueses já terem conseguido expulsar os ingleses e holandeses, que haviam ultrapassado os limites do Tratado de Tordesilhas, das margens dos rios. Os últimos ingleses permaneceram até 1648, expulsos pelas tropas portuguesas comandadas por Sebastião Lucena de Azevedo (onde hoje é a atual cidade de Macapá).

A propósito, em 1637, chega a Belém uma canoa com dois religiosos espanhóis, André de Toledo e Domingos de Brieva, e mais seis soldados, informando que vinham desde o rio Napo, onde estava fixada sua missão, mas foram surpreendidos com ataques de nativos que destruíram toda expedição. Os outros missionários voltaram para Quito, e eles decidiram “descer” o rio até Belém, junto a um português que já havia estado na região.

Devendo adotar uma decisão, o governador do Maranhão decidiu enviar Padre Toledo para Lisboa, com missão de relatar sua viagem. Ao mesmo tempo, designou uma expedição para subir o rio até Quito, acompanhando os outros integrantes da missão, garantindo o destino. Partiu do Pará em 27 de outubro de 1637 a frota formada por quarenta e sete canoas com setenta soldados portugueses, movida por cerca de mil e duzentos índios e negros.

²² Em geral, a morte violenta dos índios na Amazônia tinha estrutura colonial formada por padres, militares, civis e outros aventureiros, tendo como principal representante o frei Antonio de Merciana.

Chegando a Quito, a expedição comandada por Pedro Teixeira foi recebida com festas protocoladas; na pretensão de pedir autorização para permanência na região, dirigiu-se, então, ao representante Provincial Frei Francisco de Muñoz de Baana, da Ordem de Nossa Senhora das Mercês (ou mercedários; estes desempenhavam suas missões desde o século XVI no Peru), para solicitar a presença de missionários, a fim de desempenhar suas atividades no Pará. Obtendo resultado positivo, designaram o frei Afonso de Armijo, Frei Pedro de La Rue Cisne e os irmãos leigos.

Mas, ao mesmo tempo, as autoridades locais escreviam para D. Luiz Jeronymo de Carbrera Bodadilla y Mendonça, vice-rei do Peru, pedindo instrução. O presidente de Quito, Alonzo Perez de Salazar, recebe respostas desfavoráveis aos portugueses, em que se dizia “deveriam retornar pelo mesmo caminho por onde teriam vindo”.

Recebendo auxílio para o reingresso a Belém, a missão de Pedro Teixeira, saiu de Quito em 16 de fevereiro, junto com os jesuítas Cristobal de Acunã e Andrés de Artieda, incumbidos de relatarem a viagem para o rei Felipe IV. Durante o retorno, Teixeira fundou em 16 de agosto de 1639, o povoado de Franciscana (entre o rio Napo e rio Aguarico), chegando ao Pará em 12 de dezembro de 1639.

As informações etnográficas descritas por Carvajal foram confirmadas após um século, sendo explorada neste período por alemães, franceses, holandeses, ingleses e irlandeses, todos pretendendo manter monopólio sobre a região, com disputa de terras, principalmente contra os portugueses.

O relato do Pe. Cristóbal de Acuña sobre o “*Novo descobrimento do grande Rio das Amazonas*”, confirma o relato de Carvajal, cujo objetivo era descrever minuciosamente a geografia física e humana dos locais percorridos, utilizada até a atualidade como fonte de pesquisa. Assim sendo podemos obter em Acunã (1937, p. 105), o relato abaixo:

Todo este novo mundo – chamemos desta forma - está habitado por bárbaros de distintas províncias e Nações, das quais posso dar fé, enumerando-as por seus nomes e indicando sua localização, algumas de vista e outras por informações de índios que nelas haviam estado. Passam de cento e cinquenta, todas de línguas diferentes, tão extensas e ocupadas por moradores como as que vimos por todo este caminho, como depois diremos.

Tão seguidas estão umas das outras estas Nações que, dos últimos povoados de uma, em muitas delas, se ouvem lavar os paus nas outras, sem que tamanha proximidade os obrigue a fazer as pazes, conservando perpetuamente contínuas guerras entre si, nas quais a cada dia se matam e se aprisionam inúmeras almas; desagüe ordinário de tanta multidão, sem o qual já não caberiam naquela terra. No entanto, mesmo que entre si se mostrem belicosos e cheios de brios, nenhum tem para com o espanhol atitude hostil, como se notou em toda a viagem, na qual nenhum bárbaro jamais se atreveu a usar, contra nós, outra defesa além daquela que usam os covardes

prevenidos, que é a fuga. Isso é muito fácil para eles, já que navegam em embarcações tão rápidas que, ao tocar a terra, carregam-nas nos ombros e metem-se nelas em qualquer dos muitos lagos que o rio tem, deixando burlado qualquer inimigo que com sua embarcação não possa fazer o mesmo.

As preocupações de Acunã referem-se à presença portuguesa e holandesa, entre outros europeus constantes na região, sugerindo ao rei a construção de uma fortaleza na área mais estreita do grande rio, para impedir passagem de inimigos, e outra no rio Negro para evitar entrada de ingleses e holandeses.

A obra descreve, ainda, acerca das técnicas agrícolas dos índios para o plantio e a colheita nas várzeas, as potencialidades econômicas do rio Amazonas, incluindo recursos minerais, drogas medicinais, piche, breu, óleos vegetais e animais, algodão, salsaparrilha, canafístola, urucu, frutas mel, peixes, aves e outros animais.

Com isso, o Alvará de 09 de dezembro de 1645 autorizou a permanência dos mercedários à proteção e apoio do governo para o desenvolvimento de suas atividades, sendo iniciadas no rio Urubu e rio Negro, onde desenvolveram uma série de missões, especificamente no rio Urubu a partir do ano de 1657.

Desde a expedição de Teixeira, ascendeu a cobiça às reservas minerais e a matança desenfreada de índios; quando não matavam, escravizavam ou aprisionavam. Vários projetos destinados aos aldeamentos dos indígenas foram realizados, ao que denominavam missão como revela Baines (1991:326):

...em 1657, os padres Francisco Vellozo e Manoel Pires estiveram no rio Negro. Partindo de São Luiz, (...) com uma escolta de vinte e cinco soldados e trezentos índios, os jesuítas, levaram instruções de Superior da Companhia para missionar no Amazonas” (1931:45). Além de reunir os Tarumã numa missão, sua atuação rendeu seiscentos captivos e descidos, distribuídos pelos moradores do Pará... A missão nos Tarumã servia-lhes(..) de pouso certo ao descanso e talvez de base onde realiza as negociações, para os descimentos

O padre Vieira registra, em uma carta, a expedição que marca o início da expansão portuguesa em direção ao ocidente amazônico, considerando tal fato como pacífico por obter resultados satisfatórios, haja vista a prisão de seiscentos índios, apesar das variadas dificuldades de acesso ao rio, por tratar de uma região onde possui várias corredeiras com pedras, significava perigo e demora nas atividades pretendidas, já que a única forma de acesso à região era fluvial, mesmo assim não desencorajada a cobiça dos jesuítas.

As expedições sucederam-se nas margens do rio Urubu, com o frei Raimundo da Ordem das Mercês, junto com o tenente Antonio Arnau de Vilela, Francisco de Miranda e Francisco

Rodrigues Palheta, os quais fundaram em 1663, a missão Sacará, próximo ao lago Sacará, numa região densamente povoada, que se constitui no mais antigo povoamento contínuo dos portugueses no Amazonas. Na tentativa de percorrer o rio Urubu, a missão foi atacada, mas sobreviveram o frei Raimundo e alguns soldados; ajudados por João Rodrigues Palheta, regressaram a Belém.

A missão dos Tarumã, como ficou conhecida a expedição, é motivo de revolta em Belém, despertando sentimento de contestação, o que desencadeou uma nova posição da administração colonial, a qual tratou de revidar os ataques indígenas, designando a missão àquele que tinha mais fama de “matador de índios”, Pedro Costa Favela, iniciador de um verdadeiro holocausto na região do rio Urubu, conforme afirma Monteiro (2002, p. 39):

...arrazou trezentas malocas, trucidou setecentos índios escravizando quatrocentos. Antes ao mesmo ano, havia reduzido índios da mesma nação, no Tapajós. Creio vir daí a hostilidade mantida pelos selvagens contra a missão do Sacará, atendo-se que o índio jamais perdoa, estendendo a sua vingança àqueles a quem nunca vira e de quem nunca recebera ofensas, mas que, pela fatalidade, vão residir em locais visitados.

Após cinco anos, o primeiro povoado português se instala no rio Urubu, aos cuidados do frei Teodósio da Veiga, da Ordem das Mercês, junto com Favela, recebendo o nome de Santo Elias do Jaú. Os indígenas da região foram submetidos ao sistema punitivo de tropas de resgate, marcadas por transferências e remanejamentos dos povoados indígenas - desorganizando a forma tradicional com que eles se organizavam - para aldeamentos próximos aos acampamentos europeus, de onde recrutavam alguns jovens para doutrina cristã.

Em 1669, inicia-se a construção do Forte São José do Rio Negro, como garantia de uma defesa à foz do rio Negro, contra incursões holandesas, descidos do Orinoco, pelo norte; e de espanhóis, vindos do Solimões, ao oeste. Foram responsáveis pela construção do forte Francisco da Mota Falcão, junto com seu filho Manoel da Mota Siqueira, e o responsável pelo aldeamento dos Tarumã, frei franciscano Teodózio da Vieira, da Ordem das Mercês, originando um povoamento chamado Lugar do Barra.

No século XVII, o termo conquista foi muito utilizado, através de expedições conhecidas como Tropas de Resgate³, sob o domínio do Pe. Vieira, incumbido de designar o missionário responsável pelas expedições. O governo era encarregado de nomear o cabo responsável pela tropa, baseado na lei de 1655, que vigeu por 50 anos, sendo os missionários

³ Tropas de Resgate eram expedições que pretendiam resgatar os nativos que estivessem real, ou presumidamente, escravizados por outros. Para justificar o apresamento, nestas duas situações, exigia-se a decretação pelas autoridades locais da chamada Guerra Justa. Os índios aprisionados em combate seriam cativos perpétuos, enquanto que os "resgatados" obteriam a liberdade após dez anos.

responsáveis pelas “tropas de regates” e pela legitimação dos cativeiros, prescrevendo-os nos chamados registros, modalidade mais freqüente de escravização indígena, e de forma legítima.

Realizando uma análise acerca do recrutamento dos índios pela sociedade Nacional, Baines(1999, p.8), revela que o recrutamento dos índios tem caráter secular, o que impunha uma política de dominação, com caráter totalmente autoritária, agregando num mesmo espaço, culturas com identidades e tradições distintas:

O recrutamento de “índios” para impor os interesses da sociedade hegemônica já é no ano de 1664, no rio Urubu, adjacente à região atualmente habitada pelos Waimiri-Atroari, Favella massacróu setecentos indígenas, levou quatrocentos prisioneiros e incendiou trezentas aldeias com uma força que saiu de Belém de “quinhentos índios sob as ordens de seus prisioneiros e de quatro companhias de tropas regulares...” ainda recrutando “muitos indígenas domesticados”(Sousa, 1873:182 na viagem Barbosa Rodrigues (1885:40), no século passado, recrutou “tapuyas”(ao contrário do uso mais comum deste termo para designar “índios primitivos”, Barbosa Rodrigues o usa aqui como índio civilizado” ou “caboclo”) na sua equipe de pacificação – os regionais das vizinhanças da vila de Moura, inclusive evidente nas punitivas de Pedro Favella. Segundo Sousa (1873:181), o “índio Pedro”, Makuxi – apesar de criticá-los severamente por ser a população que vivia numa situação de conflito interétnico violento com os indígenas do rio Jauaperi. Os relatos do S.P.I revelam uma política consistente de recrutar “funcionários índios” para esta área, desde a segunda década deste século.

Segundo o antropólogo Porro(1992, p. 20), a fixação dos brancos causou dizimação até mesmo de populações inteiras, pertencentes aos troncos lingüísticos Aruak, Tupi e Karib, baseando-se na ocorrência e distribuição de traços culturais, tomados isoladamente, formando conjuntos significativos. Em particular os povos da língua Karib que, supostamente, ocupavam quase de forma exclusiva o maciço das Guianas e regiões circunvizinhas, além dos médios e altos cursos dos afluentes setentrionais rio do Amazonas a leste do rio Negro.

A época do contato é, portanto, uma sucessão de momentos históricos que se desenrolam no tempo, de acordo com o avanço geográfico das frentes de expansão da sociedade neobrasileiras. Nunca será demais repetir que as conseqüências da ocupação da terra pelo branco foram quase sempre catastróficas para o índio. Quaisquer que fossem as motivações e os planos dos colonos, missionários e comerciantes, o que eles deixaram atrás de si foi, na melhor das hipóteses, um processo de deterioração das condições sanitárias, demográficas, econômicas e, finalmente culturais das comunidades indígenas. A evolução desse processo foi, via de regra, muito mais rápida, conduzindo em poucas gerações, quando não em poucos anos, à desintegração social e à perda dos valores culturais do mundo indígena.

A ocupação territorial e a legalização da escravização indígena, foram realizadas pelas tropas oficiais e representadas pela autoridade pública, com participação de particulares e autorização da Junta das Missões.

Os cativeiros eram legitimados pelos missionários, que expediam registros escritos, regulamentando as ocorrências dessas expedições, posteriormente, houve mudanças contra a escravização clandestina, através da lei 28.4.1688, que institui as tropas de resgate, uma vez que o Estado passou a ser responsável pela comercialização de escravos, realizada através da Fazenda Real, conforme afirma Farage (1991, p.29):

A Fazenda Real Fornecia 3.000 cruzados para a compra de quinquilharias necessária ao resgate de escravos, devendo ser empregados dois mil para o Pará e mil para o Maranhão (cf. M. Kiemen, 1973:164 e seg.)... cada índio escravizado o seria taxado em 3.000 réis, e a renda desses impostos formaria um fundo intitulado Tesouro de Resgates para ser aplicado em benefício das missões, novas estradas, e outros itens relativos a obtenção da mão-de-obra. O Estado intervinha... em seu próprio benefício, desde que sobre a venda de escravos resgatados por tropas de oficiais era possível cobrar dízimos, enquanto o apresamento por particulares... clandestinos, deixava invariavelmente vazios os cofres régios.

Em contraponto, havia o *apresamento clandestino*⁴, apesar da existência da escravização oficial, formal e legal, era o tipo de escravização mais efetuada na região Amazônica. Na tentativa de coibir essa modalidade, pelo fato de não obter lucros, a Coroa, considerou livres as tropas de resgate aldeadas pelos missionários. Com isso, surgiu o “descimento”, que é o recrutamento os índios para os aldeamentos, feito pelo próprio missionário, ou seu representante, de forma que conseguissem convencer os indígenas ao deslocamento junto aos estabelecimentos dos missionários, conforme afirma Farage (1991, p.31):

Os aldeamentos missionários obedeciam a uma certa tipologia, que pode ser assim descrita: aldeias do serviço das ordens religiosas, cuja renda revertia para as mesmas ordens como complementação da dotação que lhes fornecia o Estado; aldeias do Serviço Real, onde os índios aldeados eram utilizados estritamente para o serviço do Estado, aldeias de repartição, cuja mão-de-obra era destinada aos moradores e finalmente as missões afastadas dos núcleos urbanos que, embora sofressem desfalques de população devido à demanda das expedições, eram unidades autônomas” (LEITE, 1943, IV:97).

Instaura-se uma demarcação das possessões luso-espanholas na América, firmada pelo Tratado de Madri⁵ e, em 1750, surge uma nova ordem causando reformas estruturais e um novo

⁴Obviamente era uma modalidade não legalizada, dando oportunidade para que outras fraudes acontecessem simultaneamente a escravização permitida.

⁵O Tratado de Madri foi firmado na capital espanhola entre D. João V de Portugal e D. Fernando VI de Espanha, a 13 de Janeiro de 1750, para definir os limites entre as respectivas colônias sul-americanas, pondo fim assim as disputas. O objetivo do tratado era substituir o de Tordesilhas, o qual já não era mais respeitado na prática. As negociações basearam-se no chamado Mapa das Cortes, privilegiando a utilização de rios e montanhas para demarcação dos limites. O diploma consagrou o princípio do direito privado romano do *uti possidetis, ita possideatis* (quem possui de fato, deve possuir de direito), delineando os contornos aproximados do Brasil atual.

contorno nas fronteiras, o que colocou a questão da Amazônia no centro das preocupações pombalinas, tendo como objetivo povoar todas as terras possíveis. Nesse ínterim, o governador do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759), tinha como plano a abolição da escravidão indígena e conseqüente substituição dessa mão-de-obra por escravos negros, retirando o poder dos missionários sobre os índios e fortalecendo suas ações contra monopólio das ordens religiosas perante os índios, em especial relativos aos jesuítas.

Consultando Nádia Farage (1991), verificou-se que os documentos acerca da história do Rio Branco são datados do século XVIII. Quando cita D Sweet (1974, I 252-287) revela o tráfico holandês na área dos rios Branco e Orinoco, numa área pertencente ao Karib, através de duas vertentes: a de Francisco Ferreira e a do Carmelita Fr. Jerônimo Coelho, os quais tinham em comum a acusação de participar nos negócios de escravos índios.

Uma das versões é que Francisco Ferreira chegou ao Rio Negro nos primeiros anos do século XVIII, explorando através dos afluentes Catrimani, Aiarani, Ocaí, Guananaú, Uraricoesra e Tacutu, tendo como principal objetivo a colheita de drogas do sertão, utilizando o trabalho indígena. O comércio holandês tinha grande abrangência territorial e populacional, incluindo a população colonial. A política indigenista dos holandeses tinha interesse comercial, conforme afirma:

(...) os holandeses, com efeito, nunca buscaram converter escambo ou aldear os índios, ao contrário investiam basicamente nesse escambo para a construção de sua rede de influência junto aos povos indígenas na colônia...(p.89)

Durante séculos a fio, os povos indígenas foram explorados de diversas formas, desde a utilização de sua mão-de-obra até seus próprios corpos, para impedir que esta região fosse dominada por espanhóis e holandeses. Relativo a isso, o comércio holandês era controlado através da aliança com os Manaós, que forneciam escravos índios do Rio Negro e Orinoco para os holandeses, dificultando o acesso dos portugueses no rio Negro. Anuncia-se guerra justa entre 1723 e 1725, pelo governador do Maranhão e Grão-Pará, para acabar com as interdições. (FARIA, 2003, p. 22).

O conflito armado pelas Tropas de Guerra percorreu a extensão do rio Negro e Xingu, acontecendo invasão no rio Branco, indo além de sua foz, em território Manaós, quando houve a morte de um soldado e um índio aliado. Os Manaós tinham como representante Ajuricaba e eram acusados, pelos brancos, de praticar o canibalismo e incesto, além de grande participação no comércio junto aos holandeses.

Os holandeses e Manaós enfrentaram as missões portuguesas com intenção de aprisionar os índios aldeados. Configurava-se um quadro jurídico-político, que ordenava e justificava a guerra justa contra os Manaós. A participação no tráfico de escravos era de forma indireta, mantendo uma rede de trocas, com produtos como o urucum, ralos de mandiocas e outros produtos dos indígenas da região do rio Solimões do Japurá.

Farage (1991) informa ainda que, o Fr. Jerônimo Ferreira, não restringia seus negócios ao Rio Negro, atuando no Rio Branco, onde vendia escravos (deixando aldeados em Aracary, aqueles que não eram escravizados), facilitando a articulação nas compras de escravos e mantinha contatos comerciais com os holandeses da Guiana. Toda a colônia estava envolvida na comercialização de escravos indígenas, contradizendo as leis que declaravam que os índios eram terminantemente livres. Praticamente uma ficção política, pois os conflitos não eram explícitos, utilizavam o termo *guerra justa*⁶, ocupando grandes extensões territoriais, sociais e políticas.

Simbolizando resistência, os ataques indígenas eram freqüentes, em defesa de seu território, contra as doutrinas aplicadas pelos missionários e a *guerra justa defensiva*, o que remeteu a um tratamento pelos jesuítas os quais acreditavam que os índios eram obrigados a aceitar as doutrinas religiosas, chamadas pregação do evangelho, realizando a *guerra justa ofensiva*, como forma de imposição da força maior às resistências e impedimentos da pregação do evangelho para todos os povos, abolindo as diferenças culturais. O governador Mendonça Furtado participou de todo cenário de escravização, mas permaneceu sempre com um discurso moralista, perante as burlagens das leis que ele mesmo estabelecia.

Em 1771, os espanhóis vindos os da província de Angostura, no rio Orinoco, alcançando o Parauá, chegando no Uraricoera em 1773, com objetivo de alcançar uma idealizada serra dourada idealizada pelos espanhóis, formaram dois aldeamentos indígenas, Santa Rosa e São João Batista de Caya-Caya, representando forte ameaça ao sistema de defesa portuguesa, e às disputas de fronteiras entre Portugal e Espanha.

Diante disto, no período de 1775 e 1776, segundo Farage (1991, p.123), iniciou-se a construção do Forte São Joaquim pelos Portugueses, que se encontravam à margem do rio Tacutu na tentativa de impedir a invasão de espanhóis e holandeses pelo rio Tacutu, rio Uiraricoera e rio Branco. A mão-de-obra para construção do forte fora a dos índios *descidos*, além daqueles tomados

⁶Mesmo tempo teológico e jurídico, enraizado na guerra medieval, dando licitude aos cristãos estabelecer a escravidão em nome da fé e o amor de Deus na terra, através da catequese e doutrinação dentro dos valores ocidentais, para a conversão dos homens, conquistando todos os povos e nações (FARAGE, 1991).

dos espanhóis, como motivo de guerra. A intenção era, portanto, a ocupação da extensão ao longo do rio Branco, agregando os indivíduos em aldeamentos de varias etnias, formando verdadeiras muralhas, que tinham a finalidade de defesa do território, conforme afirma Farage:

(...) a população de N. S. do Carmo era composta por índios Wapixana, Parauana, Atoraiú e Sapará [A. Rodrigues, Ferreira, 1786, 1787; Almeida Serra & Silva Pontes, (1781), 1903, I:163]. Em Santa Isabel, havia índios Tapicari, Sapará e Wayumará (A. Rodrigues, Ferreira, 1786). Para Santa Bárbara e São Felipe, temos referência unicamente aos Paraviana (A. Rodrigues, Ferreira, 1786). Em N. Senhora da Conceição, havia índios Wapixana, Paraviana, Sapará e Erimissana [A. Rodrigues, Ferreira, 1787; Almeida Serra & Silva Pontes, (1781), 1903, I: 169]. Quanto a Santo Antônio e Almas não dispomos de informações... refere-se também aos aldeamentos de índios Amariba e Pauxiana, sem especificar, porém, para onde foram levados. Os aldeamentos, como se vê, eram compostos multieticamente, mas não podemos saber se o eram de forma consentida pelos índios, único caso, previsto pelo Diretório, que estabelecia em princípio não reagrupar etnias distintas.

O Rio Branco como se vê, tinha posição estratégica nos dois aspectos citados. Em se tratando de expansão territorial, verifica-se que o rio Branco, por ser uma das principais entradas para o interior da América do Sul, tornou-se um dos motivos que levaria à construção de uma fortaleza às suas margens, estrategicamente calculada e executada.

No final do século XVIII, as práticas coloniais que se instalaram, principalmente, na região do Rio Branco⁷, tinham como foco o interesse de ordem política, econômica e principalmente cultural, tentando obter posse da área. Para assegurar a ordem, havia três Fazendas Reais na região, posteriormente chamadas de Fazendas Nacionais, aos poucos ocupadas por particulares. A ocupação do rio Branco efetivou-se nos anos setenta do século XVII, com a expansão portuguesa, instalando-se no Maranhão e no Grão-Pará, e tentativa inicial ao sistema de *plantation*, apoiando-se na *mão-de-obra indígena* nas margens dos rios Solimões e Japurá, Negro e Branco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, a ocupação e a colonização portuguesa, na Amazônia, baseou-se praticamente na escravidão dos índios, utilizando as estratégias vigentes de dominação, fazendo com que populações inteiras fossem exterminadas, principalmente aquelas localizadas às margens dos rios que tinham fácil navegação.

⁷ O Rio Branco é dividido em Alto Rio Branco e Baixo Rio Branco e tem como divisa as corredeiras do Bem-Querer em Caracaráí.

Os portugueses realizavam missões, como forma de pretexto para ocupar a maior extensão de terras possíveis. Outra estratégia utilizada foi o incentivo de ataques entre tribos rivais, fazendo dos indígenas verdadeiras muralhas, e escudos humanos a fim de defender interesses da coroa portuguesa, como afirma Farage.

Dessa forma, a atuação portuguesa modificou todo o sistema político e econômico entre os diversos grupos. Houve uma reestruturação dos sistemas, mas, de certa forma, o discurso de dominação entre as comunidades indígenas repercute até a atualidade por alguns segmentos, que vêem as questões indígenas como empecilho para elaboração de projetos desenvolvimentistas.

Bibliografia

GARCIA, Etelvina. **Amazonas, notícias da História: período colonial**. Manaus: Norma, 2005.

ACUÑA, **Cristóbal de**. **Novo Descobrimento do Rio Amazonas**. Montevideo –Uruguai. Consejería de Educación de la Embajada de España en Brasil. Assesoria linguística, Oltaver A. Bueons Libros Activos, 1994.

BAINES, Stephen Grant: ***Imagens de liderança indígena e o Programa Waimiri-Atroari: índios e Usinas Hidrelétricas na Amazônia***. Brasília: UnB, 1999. 16 p. (Série Antropologia, 246).

FARAGE, Nadia. **As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.

FARIA, Ivani Ferreira de. **Território e territorialidade: indígenas do Alto Rio Negro**. Manaus: UFAM, 2003.

MONTEIRO, Mario Ypiranga. **A Capitania de São José do Rio Negro** (Antecedentes históricos e fundação).4ª ed. ilustrada. Manaus: Valer, 2002.

PORRO, Antonio. **O povo das águas: Ensaios de etno-história da Amazônia**. RJ: Vozes, 1995.